ENTREVISTA

Taís Ferraz

Conselheira do CNMP discute segurança pública

PÁGINA 15

Ano V nº 59 – DEZEMBRO – 2010

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Procuradores recebem em dezembro mais uma parcela da PAE

Procuradores do Trabalho que têm direito a receber a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) foram contemplados com o pagamento de parcela no mês de dezembro. Tiveram preferência as parcelas mais recentes, para que o número de beneficiados fosse maior, segundo informou o secretário-geral do Ministério Público da União, Lauro Cardoso Neto, em reunião com a diretoria da ANPT e das outras associações de membros do MPU.

PÁGINA 7

Foto: Ascom/ANPR

ANPT articula no Congresso Nacional aprovação dos PLs dos subsídios

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho tem desenvolvido um intenso trabalho de articulação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para a aprovação dos Projetos de Lei que reajustam os subsídios do procurador-geral da República (PL 7753/2010) e dos ministros do STF (7749/2010).

PÁGINA 3

Foto: Ascom/ANPT

CONGRESSOS REGIONAIS

ANPT participou do 8º Encontro Sudeste de Procuradores do Trabalho, em São Paulo, e do Seminário Sul - Brasileiro, realizado em Porto Alegre.

Página 8

TRABALHO ESCRAVO

Reunião da Conatrae apresentou nova presidente da Comissão

Página 12

Caro Associado,

A ANPT vem trabalhando incansavelmente para demonstrar no Congresso Nacional a necessidade da transformação em Lei do PL 7753/2010. O projeto foi, inicialmente, mal compreendido, tanto por uma parte da imprensa como por alguns parlamentares. Afirmou-se, equivocadamente, que se tratava da criação de um reajuste automático anual, que independeria de aprovação legislativa.

A simples leitura do projeto demonstra que não é essa a proposta. Nem poderia ser, já que a matéria é regulada pela Constituição. Na verdade, o projeto está em estrita consonância com as normas constitucionais, em especial o § 2º do art. 127 e a alínea c do inciso I do § 5º do art. 128.

A fixação do valor do subsídio mensal ficaria vinculada à autorização específica prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nos limites das dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). A legalidade e constitucionalidade do projeto são transparentes.

Intensa campanha de esclarecimento junto aos meios de comunicação e aos parlamentares atenuou o problema criado pela incompreensão do Projeto. Ainda assim, contudo, o dispositivo que tratava da revisão periódica dos subsídios fora alterado em sua essência. De todo modo, a partir daí, a proposta retomou seu curso normal, ao menos no que tange à questão atinente ao percentual do reajuste para 2011, deixando-nos otimistas quanto à sua aprovação.

Mas, no final do ano, novas dificuldades se mostraram. Não desanimamos, contudo. Pelo contrário, a ANPT intensificou, juntamente com as outras entidades associativas do MPU, a articulação no Congresso Nacional. Houve reuniões com diversos parlamentares.

A luta pela dignidade remuneratória é prioritária. Basta ver a quantidade de vezes que fomos ao Congresso Nacional tratar especificamente do assunto, desde a apresentação do projeto em agosto de 2010. É claro que a questão, do ponto de vista político, é sempre complexa. É nossa tarefa demonstrar que a fixação do valor do subsídio é imperativo de ordem ética e legal, assegurada pela Constituição. Continuaremos a agir assim, até a promulgação da Lei que resultará do PL 7753/ 2010.

Abordarmos nesta edição do informativo, também, um resumo das nossas principais atividades desde a edição anterior. Participamos de relevantes reuniões no período, tratando de questões não apenas associativas, mas também institucionais e de interesse de toda a sociedade, a exemplo de reuniões da Conatrae, além de audiências com ministros do STF e do TST para tratar das atribuições dos membros do MPT e da revisão de Súmula Vinculante, dentre outros compromissos não menos relevantes. Merece ser ressaltada, ademais, a nossa participação em eventos regionais por todo o país, além de outros assuntos de extrema importância para a categoria. A nossa entrevistada de dezembro foi a conselheira do CNMP Taís Ferraz, que falou sobre um tema que preocupa a todos, a questão da segurança no Brasil.

Desejamos que 2011 seja um ano de repletas realizações e reafirmamos que continuaremos, incessantemente, na luta pela defesa das prerrogativas do membros do Ministério Público do Trabalho. Boa Leitura!

Diretoria da ANPT

CURTAS

Dia Nacional do Ministério Público brasileiro

No dia 14 de dezembro comemorou-se o Dia Nacional do Ministério Público. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), como entidade que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho, parabenizou os integrantes da instituição, que atuam na defesa dos direitos sociais, no combate à corrupção e na busca por um verdadeiro Estado Democrático de Direto.

A data marca o dia em que foi sancionada a Lei Complementar Federal nº 40, de 1981, a primeira Lei Orgânica Nacional da Instituição. Este foi o primeiro diploma legal a definir um estatuto básico e uniforme para o Ministério Público nacional, apresentando suas principais atribuições, direitos e deveres.

ANPT firma novos convênios para os associados

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) firmou três novos convênios, com a Escola Superior de justiça (ESJUS), com a livraria Cultura e com a Dynamus. Por meio do convênio com a Escola, os associados da entidade terão preço diferenciado no doutorado em Direito, na Universidad Del Museo Social Argentino. Contarão, também, com desconto para o Mestrado e Doutorado na área Administrativa, da Saúde e jurídica, todos os cursos na Argentina.

No convênio com a livraria Cultura os associados terão 10% de desconto em livros e 5% em DVDs e CDs. Os descontos serão válidos somente para produtos que não estiverem no programa Mais Cultura. Já o convênio com a Dynamus oferece descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas. Os interessados poderão, também, fazer os pedidos de mercadorias pelo televendas da empresa e parcelar as compras no cartão de crédito.

Para conhecer mais sobre essas parcerias, acesse a área interna do site da ANPT.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Catarina Von Zuben
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.400 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br,
Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT intensifica articulações no Congresso Nacional e acompanha projetos de interesse da categoria

Foto: Ascom/ANPT

Diretoria reunida com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS)

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) tem intensificado os trabalhos de articulação no Congresso Nacional. Com o intuito de aprovar ainda em 2010 os Projetos de Lei (PLs) que reajustam os subsídios do procurador-geral da República (PL 7753/2010) e dos ministros do STF (PL 7749/2010), o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, além de outros integrantes da diretoria da entidade, reuniram-se com diversos parlamentares.

Em um trabalho estratégico focado principalmente nas lideranças partidárias, os diretores da ANPT atuaram em parceria com integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura. Além da questão dos subsídios, o grupo trabalhou intensamente, também, para tratar das férias forenses, que corriam o risco de sofrer alterações, reduzindo benefícios da categoria.

A diretoria da ANPT, que esteve reunida em Brasília nos dias 6 e 7 de dezembro, participou ativamente das articulações no Congresso. Entre os deputados com os quais o grupo se reuniu estava o atual presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS).

No dia 8 de dezembro, foi realizada sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, onde entrou em pauta a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2009 que trata da fixação das férias coletivas. A matéria estava na pauta da CCJ e recebeu emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para mudar a redação no sentido de reduzir as férias de 60 dias para 30 dias. Após discussões e amplo trabalho de articulação da ANPT e das demais entidades associativas, a proposta foi retirada de pauta.

No mesmo dia, na Câmara dos Deputados, a votação dos PLs que tratam do reajuste dos subsídios também entrou na pauta da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). No entanto, um pedido de vista do deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM) adiou a votação da matéria. A partir daí, a ANPT aproveitou para intensificar ainda mais o trabalho político, buscando apoio, inclusive, de autoridades fora do Congresso Nacional, a exemplo de reunião realizada pela Frente Associativa com o Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que se mostrou favorável à causa defendida pelas Associações.

No dia 16 de dezembro, integrantes da Frente Associativa aproveitaram o intervalo da sessão do Plenário do STF para conversar com o presidente daquela Corte, ministro Cezar Peluso, e com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para tratar dos projetos de reajuste dos subsídios. Na ocasião, o ministro afirmou que tinha o compromisso do deputado Marco Maia de que tentaria colocar os projetos para tramitar em regime de urgência na semana seguinte, se houvesse quórum, e de que, não sendo possível, os incluirá em fevereiro. Ressaltou ainda que a conversa com as lideranças partidárias foi boa e considerava que a aprovação do reajuste dos subsídios, como proposto (14,9%), estava bem encaminhada.

Já no dia 22 de dezembro, apesar da mobilização intensa da Frente Associativa, os líderes partidários decidiram suspender as votações no Plenário da Câmara dos Deputados, para que a Comissão Mista de Orçamento pudesse votar a proposta orçamentária para 2011.

Entre os parlamentares com os quais a ANPT manteve contato durante esse período estão os deputados Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), José Genuíno (PT-SP), Roberto Santiago (PV-SP), Luciano Castro (PR-RR), Cândido Vaccarezza (PT-SP), dentre outros. Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Gim Argello (PTB-DF), este último quando era relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2011, também receberam a visita dos diretores da Associação.

Foto:Ascom/ANPR

Grupo reunido com o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN)

Reunião com presidente do STF discute competência da Justiça do Trabalho

A competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar causas trabalhistas que envolvam a Administração Pública foi tema de audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3395, ministro Cezar Peluso, no dia 17 de novembro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, reiteraram a posição da entidade defendida desde o ingresso da ação, em 2006, na condição de *amicus curiae*.

Os representantes da ANPT ressaltaram a relevância da atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), em todo o país, no combate a irregularidades trabalhistas no âmbito da Administração Pública. Segundo o presidente da entidade, essa atuação encontra-se ameaçada em decorrência de interpretações cada vez mais restritivas à competência da Justiça trabalhista.

O vice-presidente da Associação lembrou que a eventual consolidação do entendimento que retira da competência da Justiça do Trabalho, sob um enfoque meramente subjetivo, as questões que envolvem a Administração Pública, além de ter fortes argumentos técnicos que não o amparam, ainda tem sérias repercussões sob o aspecto da "política judiciária".

Durante o encontro, foi pleiteado ao ministro que proceda ao julgamento da ADI com a maior brevidade possível, tendo em vista a imprescindibilidade de se ter uma definição sobre as questões tratadas naquele processo.

Súmula Vinculante nº 4 do STF: ANPT esclarece autoridades sobre pedido de revisão

Foto: Ascom/ANPT

Reunião com o ministro do TST Maurício Godinho Delgado

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) informou oficialmente, a diversas autoridades, acerca do pleito formulado pela entidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o pedido de revisão da Súmula Vinculante nº 4 daquela Corte, que trata do adicional de insalubridade. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro, Maurício Correia de Mello, reuniram-se com ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), inclusive o presidente, Milton de Moura França, e o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula.

O grupo visitou, também, outros ministros, a exemplo de Mauricio Godinho Delgado, Lélio Bentes Correa e José Roberto Freire Pimenta, entregando às autoridades cópia da petição inicial do processo PSV nº 53, por meio do qual a entidade requer a revisão. A ANPT encaminhou o documento a todos os Ministros do TST. O objetivo das reuniões foi o de esclarecer a necessidade de atenção à questão, que, segundo a ANPT, caso não seja revista, pode causar grandes transtornos à sociedade. Segundo a entidade, o texto atual do verbete não reflete as reiteradas decisões do STF sobre o assunto, pressuposto para edição da súmula vinculante.

A redação atual da Súmula afirma que "salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial". A ANPT argumenta que o texto destoa da orientação jurisprudencial que, reconhecendo a inconstitucionalidade da vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo, determinava o retorno à instância de origem para decidir qual o critério legal substitutivo.

No pedido de revisão a Associação sustentou, também, que o teor da súmula foi definido quando se julgava demanda relacionada a direito de servidores públicos, cuja solução é distinta da aplicável à legislação trabalhista, em que é autorizada a fixação do critério pela Justiça do Trabalho, observados os parâmetros da CLT e das normas coletivas. Segundo a ANPT, o texto da súmula contraria norma da CLT e prejudica os trabalhadores, suprimindo-lhes o direito fundamental de receber o adicional de insalubridade sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo.

Foram encaminhados ofícios, também, para o procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, assim como para os presidentes da Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho (JUTRA), Marthius Sávio Cavalcante Lobato, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciano Athayde Chaves, da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Jefferson Calaça e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante Junior, além dos presidentes da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antonio Carlos do Reis, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, e da Social Democrática Sindical (SDS) Enilson Simões de Moura.

Grupo discute assuntos de interesse de membros do Ministério Público e da magistratura

O Grupo formando por integrantes da Frente Associativa do Ministério Público da União (MPU) e da Magistratura, além de outras entidades Associativas, a exemplo da CONAMP, se reuniu no dia 16 de novembro em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade na ocasião, que discutiu temas de interesse das duas categorias, como os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre o reajuste dos subsídios.

Além disso, os integrantes da reunião debateram sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 505/10, originária da PEC nº 89/2003, que impede a utilização da aposentadoria compulsória dos magistrados como medida disciplinar e permite a perda de cargo por decisão administrativa.

No dia 9 de novembro, integrantes da Frente Associativa haviam se reunido, também, e discutiram temas como o estabelecimento de uma política remuneratória para membros do MP e magistrados. Na ocasião, o grupo já discutia a atuação conjunta da Frente pela aprovação dos projetos de lei que reajustam os subsídios dos membros das duas carreiras, bem como outras propostas legislativas de interesse comum, entre elas as que dispõem sobre férias e recesso forense.

XXVII Encontro Nacional dos Juízes Federais tem participação da ANPT

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, no dia 10 de novembro, do XXVII Encontro Nacional dos Juízes Federais, promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), na Bahia. A cerimônia reuniu cerca de 600 convidados.

A solenidade homenageou personalidades de destaque do Judiciário Federal e membros que contribuíram para a história associativa da Ajufe. O presidente da Ajufe, Gabriel Wedy, falou das conquistas e dos desafios da magistratura federal e elencou avanços do começo de sua gestão.

Vice-presidente da ANPT compôs mesa de abertura do evento

Foto: Alvinho Moraes

ANPT apóia procurador do Trabalho que representou desembargador no CNJ

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) divulgou Nota Pública, no dia 26 de novembro, onde declarou seu irrestrito apoio à atuação do procurador do Trabalho Paulo Douglas Almeida de Moraes, da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, em Campo Grande/MS. Na defesa de dezenas de trabalhadores do Frigorífico da empresa JBS/AS, em Naviraí/MS, o procurador ajuizou ação cautelar pedindo a imediata interdição do seu departamento de matança.

Durante a tramitação do processo, teria havido, segundo o procurador, interferência indevida por parte do desembargador Federal do Trabalho Abdalla Jallad, segundo o qual tal ingerência teria se dado a pedido do governador do Estado, que teria sido provocado pela alta gerência do JBS. Ante tais fatos, o procurador do Trabalho protocolizou pedido de providências no CNJ, que tramita sob segredo de justiça.

Nesse ínterim, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região instaurou um "Pedido de Providências Local" em face do Desembargador Jallad. O pedido fora autuado e julgado, sendo determinado o seu arquivamento, bem como fossem oficiados o CNMP, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal, para apurar a correção da conduta do procurador nas esferas administrativa e penal.

Além da possível inversão dos bens jurídicos que deveriam ser tutelados, para a ANPT preocupa o fato de que o TRT da 24ª Região considerou adequada a conduta do desembargador e subversiva a do procurador que denunciou irregularidades em defesa de trabalhadores. Diante da gravidade da situação, a ANPT manifestou a confiança de que o CNJ irá atuar com a devida celeridade para que a missão institucional do segundo grau da Justiça do Trabalho do Mato Grosso do Sul seja plenamente resgatada, ao tempo em que reafirma o compromisso com a defesa das prerrogativas dos membros do MPT.

SIMPLIFICANDO A SUA VIDA

dynamus clube

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

A parceria entre a ANPT e a Dynamus Clube alia a comodidade e a segurança de comprar Eletrodomésticos das melhores marcas sem sair de casa.

Os produtos são adquiridos diretamente da fábrica, sem intermediários e entregamos na casa do associado, sem custo adicional.

Vantagens

Preços e condições especiais de pagamento -**10 vezes** no cartão de credito sem juros;

Promoções exclusivas o ano inteiro;

Descontos de até 35%;

As melhores marcas de eletrodomésticos do mundo; Ge, Bosch, mabe, Continental e Dako;

Visite nosso site e visualize todas as linhas de produtos, além poder realizar as suas compras on-line;

Site de compras: www.lojamabecorp.com.br/dynamus

Conte com a Dynamus em 2011.. Produtos direto da fabrica e preços exclusivos!!!

Tudo em **10 vezes** sem juros no cartão ou através de boleto à vista

Promoção valida até 31/01/2011

GE imagination at work · BOSCH Tecnologia para a vida · mabe a marca da multimulher · Continental é de confiança · DAKO FAÇA MAIS POR VOCÊ.

Parcela Autônoma de Equivalência é paga em dezembro

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado do vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Mello, participou no dia 16 de novembro de reunião com o secretário-geral do Ministério Público da União, Lauro Cardoso Neto. Representantes das outras entidades de classe do MP também estiveram presentes. Esta foi a primeira reunião do grupo com o novo secretário-geral.

Durante o encontro, Lauro Cardoso informou que em dezembro seria paga mais uma parcela da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE). Tiveram preferência as parcelas mais recentes, para que o número de beneficiados fosse maior. O secretário-geral também comunicou que a Administração reconheceu a não incidência de Imposto de Renda sobre a conversão em pecúnia da licença-prêmio. Disse, ainda, que está em estudo a não incidência da contribuição previdenciária sobre os juros moratórios da PAE.

No que diz respeito à distribuição de servidores no MPU, o grupo foi informado que o procurador-geral da República autorizou o remanejamento de cem técnicos e dez analistas dos servidores, originariamente, destinados pela Lei n. 10.771/2003 ao Ministério Público Federal (MPF) para serem providos no Ministério Público do Trabalho (MPT).

Foto: Ascom/ANPR

Secretário-geral do MPU reuniu-se com representantes de entidades associativas

Foi abordada, ainda, a questão da concessão e o pagamento de diárias, sob a ótica da Resolução nº 58 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tendo sido informado que o procurador-geral da República está elaborando resolução a ser adotada no âmbito de todo o MPU, com base na Resolução do CNMP.

Conselho Nacional de Justiça acata pedido formulado pela ANPT

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atendeu pedido da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da OAB, ao decidir, por maioria de votos, que vaga criada no Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-17) deve ser destinada ao quinto constitucional. A ANPT havia ajuizado procedimento de controle administrativo no CNJ para impedir que o TRT da 17ª Região destinasse vagas criadas para membros da magistratura, em detrimento do quinto constitucional. A vaga em disputa no TRT foi criada por meio da Lei 11.986, de 2009, juntamente com outras três, e ampliou de oito para 12 o número de assentos no tribunal.

A ANPT, por meio de seu vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve presente na sessão do CNJ. O advogado da entidade, Aristides Junqueira, fez sustentação oral na ocasião.

O CNJ ressaltou que deve ser respeitada a regra de alternância nos casos de vagas destinadas ao quinto constitucional, de modo que, como a última vaga havia sido destinada ao Ministério Público, a nova vaga deveria ser de integrantes da advocacia, motivo pelo qual fora destinada à OAB.

IV Congresso Ibero-americano sobre Cooperação Judicial em Cartagena

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade no IV Congresso Ibero-americano sobre Cooperação Judicial. O evento, promovido pela Rede Latino-americana de Juízes, aconteceu em Cartagena das Índias, na Colômbia, no período de 23 a 25 de novembro.

Painelistas de renome abordaram temas de interesse dos participantes do congresso. Um dos temas centrais foi o desenvolvimento da cooperação judicial, sendo um pressuposto necessário do próprio processo de integração regional da América Latina.

Além do presidente da ANPT, participaram do evento o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, o procurador do Trabalho Marcelo D'Ambroso, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares Pires, o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel, além de outros membros do Ministério Público, ministros, defensores públicos e advogados, públicos e privados.

8º Encontro Sudeste de Procuradores do Trabalho tem participação da ANPT

Foi realizado, na sede Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo, nos dias 11 e 12 de novembro, o 8º Encontro Sudeste de Procuradores do Trabalho. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, compôs a mesa de abertura do Encontro e participou das discussões. A entidade foi uma das promotoras do Encontro.

Com o tema "Desafios e dilemas contemporâneos do Ministério Público do Trabalho", o 8º Encontro Sudeste permitiu o debate de questões de natureza institucional que visam ao aprimoramento das estratégias e linhas de atuação da instituição, para que se tenha um trabalho mais uniforme. O vice-presidente da ANPT ressaltou a relevância do congresso, que reúne procuradores do Trabalho da região geográfica mais industrializada do país, que, por conseguinte, tem um número grande de trabalhadores e de irregularidades a serem combatidas. "É indiscutível a pertinência e a importância de se buscar debater, com maior profundidade, temas que certamente são de grande valia para que sejam vencidos os desafios que se impõem à nossa atuação cotidiana, de modo a se buscar o alcance de resultados cada vez melhores para a sociedade, efetiva destinatária do trabalho desempenhado pelos membros do MPT", disse.

Entre os temas abordados durante o encontro estavam os Direitos Fundamentais nas Relações de trabalho à Luz da Doutrina Constitucional, a análise do projeto de Lei da Ação Civil

Foto: Ascom/PRT-SP

Encontro possibilitou a discussão de temas relevantes para a categoria

Pública n. 5.139/2009 em relação ao atual sistema de tutela processual coletiva e os poderes requisitórios do Ministério Público no Inquérito Civil Público à luz da Constituição Federal de 1988 e a validade das provas na esfera judicial. Foram debatidas, também, a questão do racismo nas relações de trabalho, a dispensa coletiva nas relações de trabalho, o tráfico de pessoas e o trabalho escravo.

Além de Azevedo Lima, compuseram a mesa de abertura da solenidade o vice-procurador geral do Trabalho, Jeferson Luiz Pereira Coelho, a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo, Cristina Ribeiro Brasiliano, e o conselheiro e vice-presidente da Comissão de Direito Trabalhista da OAB SP, Cláudio Perón Ferraz.

Seminário Sul-brasileiro de Procuradores do Trabalho

Foi realizada no dia 25 de novembro a abertura do "Seminário Sul-Brasileiro de Procuradores do Trabalho", em Porto Alegre (RS). Promovido pelo Ministério Público do Trabalho no Rio Grande Sul (MPT-RS), o evento tem o apoio da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). O vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura.

Foto: Ascom/PRT-RS

O encontro aconteceu na cidade de Porto Alegre

O seminário tem por objetivo a integração institucional do Ministério Público. A procuradora-chefe do MPT-RS, Silvana Ribeiro Martins, falou sobre a importância do evento, que mais uma vez é realizado em Porto Alegre. "Novamente a este Estado é dada a missão de, não só integrar a instituição no seu papel principal perante a sociedade brasileira, mas trazer à baila a judicialização dos ilícitos sociais, entre outros temas. Ele traz aos participantes, também, experiências regionais no tocante ao compartilhamento do papel institucional frente a outras entidades e instituições de direito público e privado", disse.

O vice-presidente da ANPT, por sua vez, ressaltou a relevância dos congressos regionais de procuradores do Trabalho, por reunirem membros do MP que lidam com realidades semelhantes em sua atuação institucional. "Este evento específico, dados os temas propostos, propicia maior integração com outros órgãos públicos de controle e com a própria sociedade", destacou.

Com informações da Ascom/PRT-RS

X Encontro de magistrados e procuradores do Trabalho da 10ª região

Foi realizada, no dia 5 de novembro, a abertura do X Encontro de magistrados e procuradores do Trabalho da 10º região. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião. Além do vice-presidente da ANPT, compuseram a mesa de honra a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10º região, Daniela de Morais do Monte Varandas, o presidente da Amatra-10, Gilberto Augusto Leitão Martins, o gerente da superintendência do Distrito Federal do Banco do Brasil, André Jorge Corrêa da Silva, a coordenadora da Escola Judicial do TRT da 10º região, Flávia Simões Falcão, e a presidente em exercício do TRT da 10º região, Heloisa Pinto Marques.

Foto: Ascom/ANPT

O evento propiciou maior aproximação entre procuradores e magistrados do Trabalho

O vice-presidente da ANPT ressaltou a importância do evento, que já entrou para o calendário oficial da Associação. Azevedo Lima disse, também, que, aliado à inegável qualidade dos painéis e palestras, o próprio formato do Encontro da 10ª Região propicia uma discussão de temas de indiscutível relevância sob um enfoque mais prático, tendo por objetivo trazer luzes para o enfrentamento de questões vivenciadas no cotidiano de membros do Ministério Público e da magistratura trabalhistas. "Permitindo que as discussões se dêem de maneira mais informal, o evento propicia um estreitamento ainda maior dos laços entre os integrantes das duas categorias, o que é sempre salutar."

Essa aproximação foi lembrada pelos demais integrantes da mesa em seus pronunciamentos. A procuradora-chefe da PRT-10 enfatizou que as duas categorias têm muito em comum, por isso a necessidade de estreitar laços e compartilhar informações. O presidente da Amatra-10, por sua vez, traçou a trajetória do Encontro de magistrados e procuradores do Trabalho da 10º região e explicou cada um deles. Leitão Martins falou também da expectativa para os próximos eventos. "Os próximos Encontros deverão trazer interatividade entre juízes e procuradores. Permitirão que a gente se conheça melhor", finalizou.

ANPT participa dos encontros regionais do SIMPT

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) participou do processo de capacitação de membros e servidores para implantação do Sistema de Inteligência do Ministério Público do Trabalho (SIMPT), realizado em cinco capitais brasileiras. Diretores da Associação foram os representantes da entidade nos encontros regionais.

As capitais que receberam as reuniões regionais sobre capacitação básica em inteligência estratégica foram Brasília, Salvador, Pará, São Paulo e Porto Alegre. O SIMPT consiste no conjunto de métodos e técnicas para coletar, organizar e analisar informações institucionais e cumpre com os objetivos traçados no planejamento estratégico do MPT na busca por eficiência, eficácia e efetividade, de modo célere e satisfatório para ao cidadão.

Foto: Ascom/PGT

O diretor financeiro da ANPT representou a entidade no encontro do Pará

Seminário sobre FGTS nas ações trabalhistas

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 18 de novembro de reunião em Porto Alegre (RS) para discutir e organizar questões relativas à realização do seminário "O FGTS nas ações Trabalhistas". O evento está programado para acontecer em abril de 2011.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é o idealizador do seminário, que tem como objetivos principais sensibilizar profissionais que lidam com a questão do FGTS quanto à sua relevância social para o desenvolvimento humano, social e econômico do Estado Brasileiro. Visa, também, aprimorar o conhecimento de auditores-fiscais do trabalho e autoridades gestoras da inspeção do trabalho sobre posturas e práticas da Justiça do Trabalho em relação à transação de créditos do FGTS em dissídios individuais.

Além disso, o evento deve identificar ações e práticas, no âmbito das instituições envolvidas com o FGTS, que visem o aumento da arrecadação dos valores devidos ao Fundo, incidentes sobre parcelas salariais objeto de reclamatórias trabalhistas.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200.
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO Endereço: SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF Pessoa de contato: Robson Bezerra Bittencourt Telefone: 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Telefone: 61 3225-0870	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3262-5751 ou 3262-5750 Agencia TST
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para aquisição de imóvel residencial e comercial.	O associado deverá procurar a agência mais próxima para ter acesso às vantagens.
COOMARCA Endereço: Av. Hercílio Luz, nº 636, salas 1007/1108. Florianópolis – SC Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino Telefone: 48 3222-9577 | Fax: 48 3222-4742	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha para os associados domiciliados em Santa Catarina.	O associado deverá entrar em contato pelos telefones: 48 3222-9577 e 3222-4742
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas.	O associado deverá acessar o site www.lojamabecorp.com.br/dynamus
UNIBANCO	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3225-6002
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.

Para conferir os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área interna do site. O endereço é www.anpt.org.br

ANPT participa de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2010

Foi realizada no dia 13 de dezembro, no Palácio do Planalto, em Brasília, a entrega do Prêmio Direitos Humanos 2010, concedido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, prestigiaram a solenidade presidida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foto: Gabinete senador José Nery

O senador José Nery foi um dos agraciados com o Prêmio

O prêmio, oferecido anualmente pela Secretaria, é a mais alta condecoração do governo brasileiro às pessoas e entidades que se destacaram na defesa, na promoção e no enfrentamento e combate às violações dos Direitos Humanos no país. Ele é dividido em 17 categorias, como segurança pública, igualdade racial e direitos das pessoas com deficiência, garantia dos direitos das crianças e adolescentes, entre outros.

Segundo o Presidente da República, os premiados encarnam a força, a persistência e a coragem do movimento social brasileiro, a quem se deve, em grande parte, o ambiente de irrestrita democracia política no país hoje. "Em um passado não muito distante, militantes de movimentos sociais e lideranças populares arriscaram a própria vida para defender direitos coletivos e individuais, que hoje estão assegurados", ressaltou.

Além de integrantes da diretoria da ANPT, participaram da solenidade, também, o Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a futura Ministra da pasta, Maria do Rosário, além de 13 outros Ministros de Estado, autoridades do Executivo, do Legislativo e Judiciário e militantes dos Direitos Humanos de todo o país.

Solenidade de entrega do Prêmio Peteca tem participação da ANPT

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), representada por sua delegada no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, a procuradora do Trabalho Geórgia Maria da Silveira Aragão, prestigiou, no dia 26 de novembro, em Fortaleza, a solenidade de entrega do Prêmio Peteca - Cultura e Arte no Combate ao Trabalho Infantil. A iniciativa, conduzida pelo procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima, teve o apoio da ANPT e objetivou reconhecer as melhores tarefas escolares produzidas por estudantes de escolas municipais cearenses integrantes do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Peteca).

Foto: Ascom/PRT-CE

A delegada da ANPT, representou a associação na solenidade

Na modalidade artes cênicas, reinou o Município de Aracati (litoral leste do Ceará). Nas artes visuais, Quixadá, a cidade dos monólitos (no sertão), conquistou o título. Em composição, Guaramiranga (no maciço de Baturité) sagrou-se campeão. E em literatura, o cordel produzido no município de Barroquinha (litoral oeste) ficou com o prêmio. A apresentação dos 21 trabalhos finalistas nas quatro modalidades do Prêmio Peteca 2010 ocorreu no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

"Todos os municípios finalistas estão de parabéns pela excelência das apresentações", afirmou o procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima, coordenador estadual do Peteca.

Ao todo, 95 municípios cearenses desenvolveram o Programa no decorrer do ano letivo de 2010. O Peteca/MPT na Escola é um programa de educação continuada desenvolvido sob a coordenação do Ministério Público do Trabalho com o intuito de capacitar educadores para abordagem, em sala de aula, do tema direitos da criança e do adolescente, especialmente no que se refere ao trabalho infantil.

Fonte: Ascom/PRT-CE

Reunião da Conatrae apresenta nova presidente da Comissão

Foto: Ascom/ANPT

A ministra Maria do Rosário é a nova presidente da Conatrae

Integrantes da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (Conatrae) reuniram-se no dia 13 de dezembro, em Brasília, para discutir temas de interesse do grupo, assim como receber a nova presidente da Comissão, a futura ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Maria do Rosário. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade na ocasião.

Durante a reunião foi apresentada a metodologia de avaliação do 2º Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que, segundo o jornalista da ONG Repórter Brasil Leonardo Sakamoto, é o documento que representa parte da opinião dos integrantes da Comissão. O repórter explicou, ainda, que 66 metas do plano foram avaliadas e que ele ainda se encontra em processo de avaliação.

A nova presidente da Conatrae falou da satisfação em estar à frente da Comissão e informou que dará continuidade ao trabalho que vinha sendo executado sob a liderança do ministro Paulo Vannuchi. Rosário disse ainda que pretende ajudar no trabalho de articulação no Congresso Nacional, para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, conhecida como a PEC do Trabalho Escravo, seja amplamente discutida e votada no próximo ano. "O parlamento brasileiro deve a apreciação da PEC do trabalho escravo para o povo brasileiro", afirmou.

Além do presidente da ANPT, participaram da reunião da Conatrae, também, o subprocurador-geral do Trabalho Luis Antônio Camargo de Melo, o coordenador geral da Conatrae, José Armando Fraga Diniz Guerra, a representante do Ministério do Trabalho e Emprego Ruth Vilela, o senador José Nery (PSOL-PA), e representantes de outras entidades apoiadoras da luta contra o trabalho escravo no país.

Reunião da Conaete tem participação da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

Diretoria da ANPT cumprimentou os participantes da reunião

A reunião da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete), realizada entre os dias 17 e 19 de novembro, contou com a presença de procuradores do Trabalho de todo o país, reunidos em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representaram a entidade na cerimônia de abertura.

O presidente da ANPT cumprimentou os participantes da reunião e reiterou a importância da Coordenadoria no âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT). O vice-presidente da entidade, por sua vez, salientou que a Associação faz questão de prestigiar as reuniões da Conaete, como forma de reafirmar o apoio da entidade no combate ao trabalho escravo no Brasil.

A reunião foi conduzida pela coordenadora nacional da Conaete, Débora Tito, e pela vice-coordenadora Paula Nunes. Durante o encontro foram discutidos planos de atuação para questões que contribuam para o combate ao trabalho escravo.

Congresso Brasileiro de Gestão no Ministério Público

Foi realizado, entre os dias 22 e 24 de novembro, em Brasília, o 1° Congresso Brasileiro de Gestão no Ministério Público, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do evento, que tinha por objetivo discutir e disseminar práticas em governança institucional, com foco em transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Na solenidade de abertura, o Corregedor Nacional do CNMP, Sandro Neis, relembrou a atuação do Conselho e falou sobre a necessidade de se buscar uma unidade no Ministério Público brasileiro. Segundo ele, apesar dos desafios a serem enfrentados, esse objetivo deve ser comum entre os ramos do MP. Neis ressaltou, ainda, a importância do Congresso para o trabalho que vem sendo desenvolvido na instituição e afirmou que ele é um exemplo da concretização das missões do CNMP. A conselheira Cláudia Chagas, por sua vez, traçou um histórico do Conselho, para em seguida apresentar o projeto do planejamento estratégico do Ministério Público.

Segundo a conselheira, 2010 foi um ano de mudanças e o planejamento estratégico do Ministério Público foi um dos grandes marcos do CNMP nesse período. "Esse, talvez, seja o nosso maior desafio, mas, também, o maior feito", destacou. Chagas explicou o desenvolvimento do planejamento, a missão, a visão e os valores do CNMP.

O conteúdo já havia sido abordado pela Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, no dia 11 de novembro, em reunião com a presença do vice-presidente da ANPT, de procuradores-gerais de Justiça e integrantes de entidades representativas do MP. Na ocasião, foi apresentado o plano inicial da metodologia que deve ser utilizada no planejamento estratégico do MP, além de discutidos e validados detalhes da organização do planejamento estratégico, para garantir a representatividade de todas as unidades do Ministério Público e a efetividade do trabalho.

Foto: Ascom/ANPT

O vice-presidente da ANPT representou a entidade no Congresso

Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho

"Hermenêutica e Fontes do Direito na Execução" foi tema de painel da Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, realizado no dia 24 de novembro, em Cuiabá (MT). O juiz do Trabalho da 13ª Região (PB) Wolney Cordeiro e o advogado Estevão Mallet foram os painelistas, em mesa coordenada pelo vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

O presidente da mesa ressaltou a relevância de serem intensificadas as discussões referentes à execução trabalhista. Segundo ele, por mais que na Justiça do Trabalho a tramitação dos processos aconteça com uma celeridade acima da média constatada no Judiciário como um todo, conforme demonstram os dados estatísticos divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é inegável que, na fase de execução, os feitos tramitem numa velocidade muito aquém da desejável. "Isso traz imensuráveis prejuízos à sociedade, fazendo, muitas vezes, com que o cidadão tenha seu direito rapidamente reconhecido na fase de conhecimento, mas sem conseguir concretizá-lo na prática, ou, como se diz coloquialmente, "tirá-lo do papel"", completou.

Azevedo Lima falou da satisfação em participar da realização de eventos como a Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho. "Espero, ainda, que ao final dos debates e da elaboração dos enunciados, possam surgir medidas que venham a contribuir para uma maior eficácia e efetividade da execução trabalhista", disse.

A Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho foi uma realização da Anamatra, em parceira com a Amatra-23/MT e com o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Foram apoiadores institucionais do evento: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

O vice-presidente da ANPT participou, também, da solenidade de abertura da Jornada Nacional ao lado de diversas autoridades, como os presidentes da ANAMATRA, Luciano Athayde Chaves, da ABRAT, Jefferson Calaça, além do Corregedor-Geral do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, e do presidente do TRT-23, Osmair Couto.

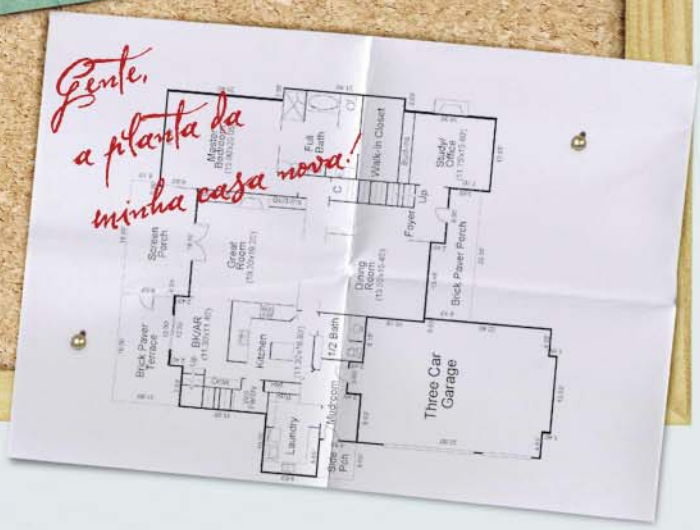
Foto: Ascom/Anamatra

Vice-presidente da ANPT presidiu a mesa do painel

Financiamento Imobiliário

Memorando

A ANPT acaba de assinar uma parceria com a POUPEX para você comprar seu imóvel, novo ou usado, ou construí-lo em lote próprio.



Mais informações:

0800 61 3040 • casapropriapoupex.com.br

POUPEX Associação de Poupança e Empréstimo

poupex.com.br

ENTREVISTA

Enasp traça políticas nacionais de combate à violência

Foto: Cleiton de Andrade/ Secom-PGR

A coordenadora do Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), Taís Ferraz, apresenta a Enasp e explica a sua importância para a melhoria da Justiça no país. Confira.

Como surgiu a Enasp e quais são os seus principais objetivos?

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) surgiu em fevereiro de 2010, numa iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Ministério da Justiça (MJ). Com propósito semelhante ao da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que já está no seu sétimo ano de funcionamento, a Enasp tem por objetivo a integração e o compartilhamento de ações entre os órgãos de Justiça e Segurança Pública, de forma a que suas iniciativas alcancem maior potencial de efetividade e não sejam contraditórias, abandonando-se a política de "transferência de culpas" e partindo-se para a idéia de corresponsabilidade. Os subsistemas que se formam à margem da lei contam com a desarticulação dos órgãos do Estado na prevenção e repressão da criminalidade, o que é possível reverter.

Qual o papel do CNMP dentro da Enasp?

No lançamento da Estratégia, três ações foram consideradas prioritárias neste primeiro ano de funcionamento e, em razão delas, a Enasp organizou-se em três Grupos de Trabalho (GTs): o de persecução penal, coordenado pelo CNMP, o de sistemas de informações penais, coordenado pelo MJ, e o de sistema prisional e execução penal, coordenado pelo CNJ.

O CNMP propôs e assumiu a coordenação da ação voltada a dar maior agilidade e efetividade nas investigações, denúncias e julgamentos nos crimes de homicídio. A missão é a de articular e induzir, em âmbito nacional, medidas voltadas ao alcance deste objetivo, que foi desdobrado em quatro metas, duas relativas à investigação e duas referentes à fase judicial da persecução penal.

Em dezembro foi realizado o primeiro encontro do grupo, ocasião em que foi definido um plano de ação para 2011. Quais são as principais metas desse plano?

Cada uma das três ações consideradas prioritárias está atribuída a um dos GTs e há metas definidas e em andamento a elas referentes. O encontro anual, que reuniu o gabinete gestor integrado da Enasp, avaliou, ratificou e redefiniu metas em andamento, além de acolher novos desafios.

No Grupo de persecução penal, a meta que vem gerando a maior quantidade de medidas de articulação é a de concluir os inquéritos por homicídio doloso instaurados até 31/12/2007. As unidades do Ministério Público já fizeram um levantamento do volume de inquéritos da meta, chegando-se a 87 mil, sendo que dois Estados ainda não remeteram as informações e outros estão colhendo os dados de comarcas do interior. O desafio é muito grande e as disparidades são imensas entre os Estados. No Encontro Anual a meta foi desdobrada, definindo-se que para os Estados que têm até 4 mil inquéritos o prazo ficou mantido em 1º de julho de 2011 e para os que têm acima deste contingente o prazo foi estendido até 31/12/2011.

Além desta meta, trabalha-se na Enasp com a redução das causas de subnotificação nos crimes de homicídio, com a meta de superar a fase de pronúncia e de alcançar o julgamento nas ações penais mais antigas.

Para 2011 agregou-se, ainda, sob a coordenação do GT de Persecução Penal, a meta de aperfeiçoamento dos programas de proteção às vítimas, testemunhas e aos depoentes especiais, fundamentais para a efetividade da prova nas ações penais de maior impacto. Os demais GTs também assumiram a coordenação de novas metas.

As metas são definidas em conjunto pelos integrantes do GGI, onde há participação de órgãos federais e de órgãos de representação dos Estados, como os conselhos de procuradores gerais, de chefes de polícia, de secretários de segurança, de secretários de Justiça, de defensores gerais, o colégio de presidentes, a OAB, entre outros, além dos integrantes do Comitê Executivo (CNMP, CNJ e MJ).

Que avaliação pode-se fazer em relação à segurança pública no Brasil?

Os desafios são muitos e é necessário trabalhar com prioridades. Os índices de homicídio, por exemplo, ainda são altíssimos e estão distribuídos de forma absolutamente desigual no território. Outro grande desafio reside no sistema prisional, que, além de demandar um olhar cada vez mais sério sob a perspectiva do respeito aos direitos humanos, precisa ser reconhecido como um problema de segurança pública. Aquele que hoje ingressa no sistema, ainda que por crime de menor lesividade, tem perspectiva de recuperação quase nula e deixa o cárcere com propensão à reincidência em crimes muito mais graves e, já se sabe, sem escolha frente às organizações criminosas com que teve contato dentro do sistema prisional. É preciso foco e articulação para a solução de tão grave problema que está ocorrendo justamente onde o Estado deveria ter total controle.

Estamos em um momento de transformação, de mudança de perspectivas. Já vivenciamos resultados altamente positivos por meio do mapeamento de problemas e da articulação de ações. O trabalho de integração e planejamento entre os órgãos de Justiça e segurança é fundamental para que estes resultados sejam cada vez melhores.

Aposição da foto de ex-presidente da Anamatra

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) foi representada pelo seu presidente, Sebastião Vieira Caixeta, no dia 8 de dezembro, na solenidade de aposição da foto do ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o juiz Cláudio José Montesso. A diretora de Assuntos Legislativos da ANPT, Mariana Flesch Fortes, e o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzel, também prestigiaram o evento.

O ex-presidente da Anamatra agradeceu a homenagem recebida pela Anamatra e disse estar satisfeito em fazer parte da história da Associação. "Tenho muito orgulho de ter sido presidente da Entidade, no período de 2007 a 2009", disse Montesso.

Foto: Ascom/ANPT

O grupo prestigiou o ex-presidente da Anamatra

Diretora da ANPT participa da posse do novo presidente do TRT-15

Foto: Ascom/PRT-15

Diretora representou a ANPT na posse do novo presidente do TRT-15

A diretora de comunicação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Catarina Von Zuben, representou a entidade no dia 9 de dezembro, na posse da nova diretoria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região. O evento foi realizado na sede do tribunal, em Campinas.

A nova diretoria ficará à frente do Tribunal no biênio 2010-2012. A 15ª Região abrange 599 dos 645 municípios paulistas, excluindo apenas a Grande São Paulo e parte da Baixada Santista. Dos 24 TRTs do país, o Tribunal sediado em Campinas é o segundo maior em estrutura e em movimentação processual.

Além do novo presidente, desembargador Renato Buratto, tomaram posse os desembargadores Nildemar da Silva Ramos (vice-presidente administrativo), Lorival Ferreira dos Santos (vice-presidente judicial), Luiz Antonio Lazarim (corregedor regional) e Gerson Lacerda Pistori (vice-corregedor).

Com informações da Ascom/TRT-15

ANPT participa de homenagens aos 80 anos da OAB e aos 38 anos da Ajufe

Em homenagem aos 80 anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Senado Federal realizou sessão solene no dia 18 de novembro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, prestigiou a solenidade, que foi requerida pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Diversos senadores discursaram em Plenário em homenagem à OAB, entre eles Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Geraldo Mesquita Junior (PMDB-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS). O presidente da Ordem, Ophir Cavalcante, agradeceu, em nome da advocacia brasileira, a todos os membros do Senado Federal e lembrou que as duas instituições resultam de um mesmo ideal, que é o republicano e democrático, de ordem, de progresso, de justiça e de paz social.

A ANPT compareceu, também, à sessão solene realizada pela Câmara dos Deputados em homenagem aos 38 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). O vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, prestigiou a solenidade requerida pelo deputado federal Geraldo Pudim (PR-RJ).